

Rio Grande do Sul
Na TV
Na TV
Bom Dia Rio Grande
Jornal do Almoço
RBS Notícias
Campo e Lavoura
Nacionais
Nacionais
AutoEsporte
Bem Estar
Bom Dia Brasil
Fantástico
Globo Repórter
Globo Rural
GloboNews
Hora 1
Jornal da Globo
Jornal Hoje
Jornal Nacional
Pequenas Empresas
Profissão Repórter
Agenda de shows
Esporte
trânsito
trânsito
mapa de velocidade
VC no G1
editorias g1
editorias g1
carros
ciência e saúde
concursos e emprego
economia
educação
esporte
mundo
música
natureza
planeta bizarro
política
pop & arte
tecnologia e games
vc no g1
vc no g1
notícias, fotos e vídeos
envie sua notícia
últimas notícias
outras regiões
outras regiões
centro-oeste
centro-oeste
distrito federal
goiás
mato grosso
mato grosso do sul
nordeste
nordeste
alagoas
bahia
ceará
maranhão
paraíba
pernambuco
recife e região
caruaru e região
petrolina e região
piauí
rio grande do norte

sergipe
norte
norte
acre
amapá
amazonas
pará
belém e região
santarém e região
rondônia
porto velho e região
ariquemes e vale do Jamari
cacoal e zona da mata
vilhena e cone sul
roraima
tocantins
sudeste
sudeste
espírito santo
minas gerais
belo horizonte e região
centro-oeste
grande minas
sul de minas
triângulo mineiro
vales de minas gerais
zona da mata
rio de janeiro
rio de janeiro e região
norte fluminense
região dos lagos
região serrana
sul e costa verde
são paulo
são paulo
bauru e marília
campinas e região
itapetininga e região
mogi das cruzeiras e suzano
piracicaba e região
prudente e região
ribeirão preto e franca
rio preto e araçatuba
santos e região
são carlos e araraquara
sorocaba e jundiaí
vale do paraíba e região
sul
sul
paraná
curitiba e região
campos gerais e sul
norte e noroeste
oeste e sudoeste
rio grande do sul
santa catarina
princípios editoriais
Grupo Globo

Governo do RS planeja concluir extinção de fundações até o fim do ano, após aval do STF

Decisões do TRT impediam fechamento enquanto não fosse realizada negociação coletiva prévia com servidores. Porém, liminar do ministro Gilmar Mendes autoriza governo a dar continuidade ao processo, que deve ter início ainda em outubro.

Extinção de fundações foi aprovada na Assembleia no fim do ano passado, mas processo estava parado por decisões da Justiça do Trabalho (Foto: Reprodução/RBS TV)

Extinção de fundações foi aprovada na Assembleia no fim do ano passado, mas processo estava parado por decisões da Justiça do Trabalho (Foto: Reprodução/RBS TV)

Com **aval do Supremo Tribunal Federal (STF)**, a extinção de seis fundações públicas, uma autarquia e uma companhia estadual voltou a ser prioridade do governo do Rio Grande do Sul, que tem pressa. Nesta segunda-feira (16), o Palácio Piratini, em Porto Alegre, teve uma série de reuniões para afinar a condução do processo, coordenado pelo secretário de Planejamento, Governança e Gestão, Carlos Búrigo.

"Sempre foi prioridade do governo. Já estamos trabalhando, agora com autorização legal, para dar continuidade nos processos burocráticos, jurídicos, e finalizar essas fundações", afirma Búrigo ao **G1**.

A intenção do Piratini é transferir os serviços executados pelas fundações que serão extintas para outras secretarias e iniciar os desligamentos dos servidores até o fim deste mês. Ainda não foi definido, no entanto, como será a incorporação das atividades e a ordem dos desmontes.

Extinção de fundações no RS gera polêmica e prevê demissões; entenda

A **extinção das fundações foi aprovada em dezembro do ano passado**, durante a votação do pacote de ajuste fiscal encaminhado pelo governo à Assembleia. Ao enviar o projeto ao Legislativo, o Piratini justificou que o objetivo era promover cortes para enxugar a estrutura do estado, que atrasa pagamento de salários desde o ano passado e já decretou calamidade financeira por conta da crise.

Votação sobre extinção de fundações proposta pelo governo gaúcho foi acompanhada com protestos na Praça da Matriz (Foto: Rafaella Fraga/G1)



Votação sobre extinção de fundações proposta pelo governo gaúcho foi acompanhada com protestos na Praça da Matriz (Foto: Rafaella Fraga/G1)

Em janeiro deste ano, o fim das instituições foi publicado no Diário Oficial do Estado. Porém, o processo estava suspenso por determinação do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4), que impedia o fim das entidades enquanto não fosse realizada uma negociação coletiva prévia com os servidores.

As **decisões** se referem à Fundação Zoobotânica, Fundação de Economia e Estatística (FEE), Metroplan, Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientec), Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), **Fundação Piratini**, responsável pela emissora TVE e pela Rádio FM Cultura, além da Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH) e da Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (Corag).

Na última terça-feira (10), uma liminar assinada pelo ministro Gilmar Mendes acolheu ação da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e suspendeu todos os processos judiciais que condicionavam o fechamento das fundações, da SPH e da Corag às negociações coletivas.

Após a aprovação na Assembleia Legislativa, a rescisão deveria ocorrer no prazo de até 180 dias. Porém, com as determinações do TRT, **o trabalho ficou parado**, sendo retomado agora.

"Foi importante para o governo. Era um processo que estava parado, desde as decisões judiciais, e agora temos 180 dias para concluir o fechamento das fundações", explica Búrigo.

"O nosso foco é terminar esse trabalho o quanto antes possível, até o fim do ano. Isso demonstra o interesse de tornar o estado mais leve e mais enxuto".

Estimativas do governo apontam que as extinções das fundações, da SPH e da Corag, resultariam em cerca de 1,3 mil demissões.

Governo agiu de má-fé, diz sindicato

Procurado pelo **G1**, o Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisa e de Fundações Estaduais do RS (Semapi), que representa a maior parte dos servidores que correm risco de demissão, informou que vai recorrer da decisão.

"Nós recebemos com bastante surpresa essa decisão, porque o governo Sartori agiu de má-fé. Porque no momento em que estávamos negociando, quando havia proposta na mesa pra tratar da questão, o governo foi ao STF", considerou Mara Luzia Feltes, uma das diretoras da entidade e funcionária aposentada da FEE.

"Nós vamos recorrer e vamos resistir", completou a servidora.

Em nota enviada à imprensa no dia seguinte à liminar do STF, a Frente Jurídica em Defesa das Fundações afirmou que o governo gaúcho nunca teve a intenção de negociar com os servidores.

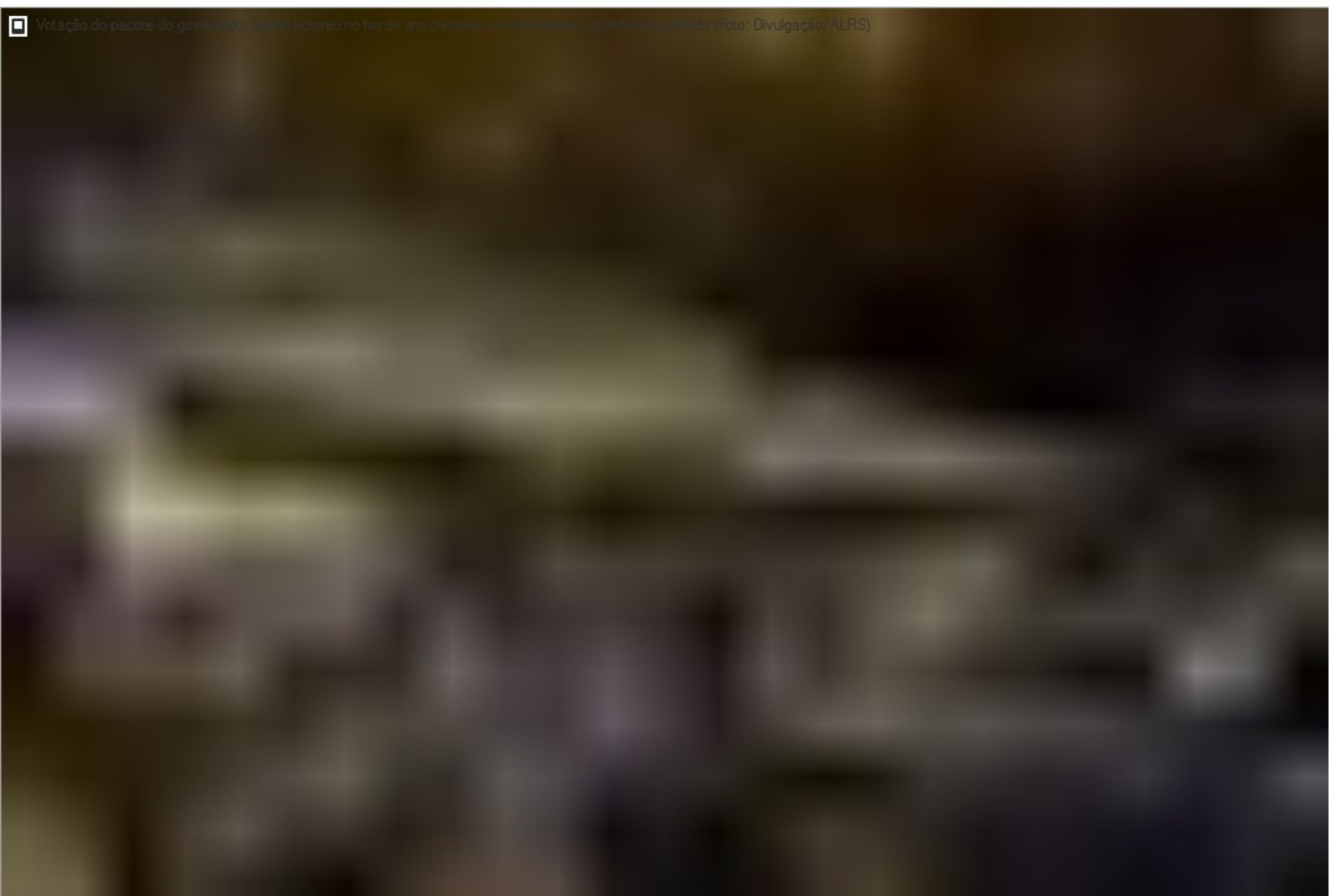
"Foi obrigado a fazê-lo por decisão judicial. Ao longo das conversações mantidas, mesmo diante de propostas mais vantajosas para o erário, por razões ideológicas, nunca se demoveu do objetivo de promover as demissões compulsórias daqueles empregados que imagina não estáveis", diz o texto.

TCE também analisa questão

Em 6 de setembro, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) levou a plenário a questão da extinção das fundações estaduais. Na ocasião, após o voto do conselheiro-relator, Cezar Miola, os conselheiros Pedro Figueiredo e Estilac Xavier **pediram vista do processo**, para melhor analisar alguns aspectos.

O relator, conselheiro Cezar Miola, votou pela suspensão das extinções da Fundação Zoobotânica, Fundação Piratini, Fundação de Economia e Estatística, Metroplan, Fundação de Ciência e Tecnologia e Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos.

Ainda não há previsão de retorno do processo à pauta das sessões plenárias.

 Votação do pacote do governador Sartori ocorreu no fim do ano passado na Assembleia Legislativa do estado (Foto: Divulgação/ALRS)

Votação do pacote do governador Sartori ocorreu no fim do ano passado na Assembleia Legislativa do estado (Foto: Divulgação/ALRS)

Porto Alegre

MAIS DO G1

Donos da JBS

Joesley e Wesley viram réus por manipulação de mercado

Presos, irmãos são acusados de usar informações relacionadas ao acordo de delação para lucrar com dólares e ações.

Ministério do Trabalho

Governo muda definição de trabalho escravo e divulgação da 'lista suja'

MIRIAM LEITÃO: Medida tira autonomia de fiscais e dificulta punição

HÁ 5 HORAS

Presidente denunciado

Câmara cancela sessão, e análise de denúncia sobre Temer pode atrasar

Deputados precisam aguardar 2 sessões no plenário para discutir denúncia na CCJ.

Blog da Andréia Sadi

Em carta a deputados, Temer cita Cunha para se defender

Presidente usa declarações do ex-deputado para atacar delação de Lúcio Funaro.

Buscas na Câmara

PF acha digitais de assessor de irmão de Geddel em 'bunker' de dinheiro

Operação investiga se Lúcio Vieira Lima está ligado a imóvel que escondia R\$ 51 milhões.

Senador afastado

Randolfe vai ao STF para evitar que votação sobre Aécio seja secreta

Senado deve 'arcar com as consequências' sobre Aécio, diz Moraes

HÁ 3 HORAS

Caiado cai de mula, se machuca e não votará no caso Aécio

HÁ 3 HORAS

Fraude na Rio 2016

Imagem mostra ficha prisional de Carlos Arthur Nuzman no Rio

Ex-presidente do Comitê Olímpico Brasileiro está preso há 11 dias.

Educação

Manual de redação do Enem é divulgado com 8 textos nota mil

Qual é o seu palpite para o tema deste ano?

HÁ 2 HORAS

Quer estudar e se divertir? Baixe o app do G1 Enem

HÁ 2 HORAS

Brasília

Mensagem de protesto é colada em placa diante do Congresso

Parlamentares discutirão denúncia contra Temer e suspensão de Aécio nesta semana.

VEJA MAIS

